

O PERFIL DO ESCRAVO ALFORRIADO EM ALEGRETE (1832-1886)

MÁRCIO JESUS FERREIRA SÔNEGO*

RESUMO

O artigo pretende abordar o perfil do escravo alforriado em Alegrete no período de 1832 a 1886. Através das cartas de alforria arroladas foi possível conhecer características-padrão do manumitido, como o sexo, a idade e a profissão.

PALAVRAS-CHAVES: Alegrete. Escravidão. Alforria

ABSTRACT

This article analyzes the profile of the freed slave Alegrete in the period 1832-1886. Through the letters of manumission enrolled it was possible to know the manumitted standard features, such as gender, age and profession.

KEYWORDS: Alegrete. Slavery. Manumission

O SEXO DOS ALFORRIADOS

Quando se pensa em construir o entendimento do perfil do escravo alforriado, uma das primeiras perguntas que poderíamos fazer às cartas de alforria seria uma questão de gênero: libertava-se mais escravos ou escravas em Alegrete?

Essa pergunta parte do conhecimento que das 704 cartas de alforria concedidas em Alegrete, 306 eram para homens e 398 para mulheres, conforme a tabela a seguir:

* Mestre em História pela PUCRS, Diretor do Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete.
E-mail: marciosonego@yahoo.com.br.

TABELA I – Escravos alforriados na cidade de Alegrete (1832-1886)

Sexo	Quantidade	Frequência
Masculino	306	43,46%
Feminino	398	56,53%
Total	704	100%

FONTE: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Alegrete: 1832-1886.

A tabela mostra que das 704 cartas de alforria, 43,46% foram destinadas a homens e 56,53 % para mulheres. Isso mostra que as mulheres constituíam a maior parte dos libertos em Alegrete, confirmando pesquisas realizadas com cartas de alforria em outras localidades do Brasil que afirmam que as mulheres teriam maior facilidade para conquistar sua liberdade, “realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava”(FARIA 2004: 111).

A historiografia assinala que as mulheres escravas eram mais contempladas com a alforria em detrimento dos homens. Notamos essa mesma tendência em nossa pesquisa. Os estudos realizados até o momento foram unânimes na caracterização do sexo do manumitido; os escravos do sexo feminino constituíram entre 60 e 70% dos alforriados nas Américas espanhola e portuguesa. “Fossem africanas ou crioulas, elas sempre levavam vantagem em relação aos homens”(ALADRÉN, 2007: 03).

Na cidade do Rio de Janeiro, a autora Mary Karasch (2000) encontrou, no período de 1807 a 1831, a primazia de 479 alforrias para escravos homens, e 840 alforrias para escravas mulheres, totalizando 1.319 escravos alforriados. A mencionada autora argumenta que para a cidade do Rio de Janeiro “os senhores urbanos que libertavam escravos preferiam alforriar um tipo, a escrava negra”(KARASCH, 2000: 451). Kátia Mattoso (1990) afirmou que é válida para o Rio de Janeiro, Salvador e Parati, a proporção de duas escravas para um escravo, ou seja, dois terços dos alforriados eram mulheres. Eliana Goldschmidt (1989) afirma que em São Paulo elas se fizeram presentes em 60% dos casos no período de 1729 a 1804.

O autor Peter Eisenberg (1987) encontrou uma relativa equivalência entre o sexo dos alforriados em Campinas, sendo que 51,9% constituíam-se por mulheres. Em São Paulo, Bertin (2007) constatou 780 mulheres alforriadas contra 558 homens, libertados por cerca de 516 proprietárias e 463 proprietários, no período de 1800 a

1888. O mesmo se sucedeu em Porto Alegre nos anos de 1800 a 1835, pois como afirma Aladrén (2007), 60,4% dos cativos alforriados eram mulheres e 39,6% eram homens. Com isso, fica claro que as mulheres tinham predominância na obtenção da alforria em Alegrete, assemelhando-se a outras regiões do país. Assim, é indiscutível que as mulheres escravas foram alforriadas em maior quantidade que os escravos homens. Mas como a historiografia da escravidão explica essa primazia da mulher escrava entre os manumitidos?

Alguns historiadores sugerem que esta preferência em se alforriar mulher escravas era fruto da relação entre o custo e a rentabilidade que o cativo proporcionava àquele que o adquirisse. “Primeiro, as escravas, em especial as mais velhas, custavam geralmente menos que os homens. Portanto, tinham de economizar menos dinheiro para comprar a liberdade” (KARASCH, 2000: 452). Segundo Vainfas (2000: 31), a mulher escrava tinha “seu preço inferior ao do homem, por isso mais fácil de ser pago”. Dessa citação de Vainfas, pode ser feita alguma consideração, pois o homem escravo poderia ser preferido em decorrência de sua força física, sendo por isso mais valorizado no mercado escravo em relação à mulher escrava, sobretudo na zona rural, como é o caso de Alegrete. A produtividade alcançada pelo escravo era sobremaneira maior que a da escrava; ou seja, o escravo do sexo masculino produzia muito mais, fosse na lavoura, fosse exercendo ofícios artesanais, que seu congênere feminino.

O senhor optando por alforriar um escravo de seu plantel, seria mais provável que ele escolhesse um cativo do sexo feminino, pois ofereceria menor rentabilidade que o cativo masculino. Nas palavras de Mattoso (1972) desde o início da instalação do sistema de trabalho servil, a mulher era considerada menos produtiva e com menor resistência física, o que, com o seu envelhecimento, devia constituir uma desvantagem ainda maior. Devido ao seu menor valor no mercado escravo, a escrava do sexo feminino possibilitava que seu proprietário recuperasse mais rapidamente o investimento de sua compra.

Para Karasch:

As mulheres tinham também a vantagem sobre os homens de que nem sempre eram avaliadas por sua capacidade de executar trabalho braçal pesado, mas por seus serviços domésticos. A não ser que houvesse filhos envolvidos, normalmente não fazia diferença para um senhor se sua companheira ou amante fosse legalmente livre ou não. Se a libertasse, não perderia os serviços dela, como aconteceria no caso de um escravo (2000: 453).

Estes fatores fariam, então, com que os senhores optassem por manumitir preferencialmente as escravas.

Outras mulheres escravas ganhavam a liberdade devido a uma relação íntima com suas donas. Muitas escravas domésticas viviam constantemente em companhia das suas senhoras, que acabavam por considerá-las amigas e confidentes. Para Vainfas, as cativas mulheres tinham mais vantagem e “possibilidade de estabelecer laços afetivos com seus senhores, pois atuavam como domésticas, amas-de-leite, prostitutas ou amantes” (2000: 31). Além disso, a mulher exercia atividades mais ligadas aos serviços domésticos, o que facilitava a sua aproximação com suas proprietárias ou familiares, estabelecendo laços afetivos, dando a ela mais oportunidade de conseguir alforria.

As escravas tinham também a oportunidade de manter uma relação íntima com seus senhores. A carência de mulheres brancas na colônia fomentava a existência de relações entre homens brancos e escravas. Eram comuns situações em que a escrava tinha filhos com seu senhor ou com algum homem branco que habitasse o mesmo domicílio. Poderiam ainda se tornar amantes de homens ricos ou, de outra forma, utilizar-se da prostituição para acumular pecúlio. Seja como for, a escrava saía recompensada com a liberdade por ter atendido aos prazeres sexuais dos homens brancos. Paiva afirma que:

No período do cativeiro elas estiveram mais próximas de seus proprietários e parecem terem, perfeitamente, sabido tirar proveito dessa oportunidade. Dos intercursos sexuais à sustentação econômica e ao bom tratamento das doenças dos senhores, elas tudo fizeram e não permitiram escapar qualquer chance que as levasse à libertação. Já depois de forras, essas mulheres gerenciaram audaciosamente suas vidas. Muitas ascenderam economicamente e no conjunto chegaram a dominar dois lucrativos ramos do comércio urbano: os tabuleiros e as vendas de secos e molhados. Foram referência e suporte de resistência coletiva e, simultaneamente, reproduziram em seus filhos padrões culturais dominantes. Assumiram a chefia da casa sem que para isso tivessem tornado viúvas e chegaram, até, a comprar a alforria de seus maridos (1995: 103).

Existem alguns trabalhos que atribuem ao escravo o poder de compra da alforria. Ao exercerem atividades como quitadeiras, lavadeiras, quituteiras ou prostitutas, as escravas estariam instituindo um espaço eminentemente feminino para a acumulação de pecúlio. Karasch em seu trabalho enfatiza que no Rio de Janeiro elas “podiam acumular dinheiro graças às muitas oportunidades que a cidade oferecia para comprar e vender frutas, verduras, doces e

coisas variadas” (2000: 454). Assim, este dinheiro arrecadado ao longo dos anos seria utilizado na compra da carta de alforria.

Outra evidência que permite afirmar o privilégio das mulheres ao acesso às alforrias é que sendo ela a responsável pela reprodução da escravidão, através do princípio romano de *partus sequitur ventrem* (VAINFAS, 2000: 31), sua família, consanguínea ou por via do compadrio, centraria mais esforços em libertá-la do que ao homem. A legislação portuguesa e, posteriormente, a imperial brasileira determinavam que filhos de pais sujeitos ao cativeiro seriam escravos somente nos casos em que a mãe também fosse cativa. Em esta sendo livre, mas o pai escravo, a criança nasceria juridicamente livre. A escrava constituía um agente de reprodução da própria escravidão, sendo que o princípio do *partus sequitur ventrem* estipulava que a condição legal do filho derivava da condição da mãe. Dessa forma, a própria família escrava deveria ponderar sobre a importância de salvar da escravidão os futuros irmãos, filhos e netos, através da alforria das escravas.

Considerando a variável gênero, traçamos aqui um breve panorama das produções historiográficas que visam explicar a primazia de mulheres escravas entre os alforriados. Apesar de argumentações diferentes no que diz respeito aos porquês desta primazia, nenhum destes modelos questiona esse privilégio da escrava. Assim, temos nas cartas de alforria de Alegrete, confirmando uma tendência já verificada em outros lugares do Brasil, uma certa ascendência das mulheres sobre os homens. A mulher cativa foi beneficiada em maior grau que o escravo do sexo masculino na sociedade escravista brasileira.

A IDADE DOS ESCRAVOS

Quanto à idade dos escravos alforriados em Alegrete eram esclarecidas muito raramente. As escrituras de liberdade ou cartas de alforria eram, na maior parte das vezes, lacônicas no que se refere à idade exata do manumitido. Durante até o início do século XIX era comum nos mais variados tipos de documentos designações que caracterizavam apenas uma idade aparente do cativo, geralmente utilizada para fins de avaliação do preço do escravo. Nas manumissões essa informação é mais rara ainda. Para Stuart Schwartz:

Na análise das cartas de alforria nenhuma característica dos libertos é mais difícil de se registrar e analisar do que a idade. Nas cartas parece que era comum haver alguma declaração relativa à idade dos bem velhos e dos bem jovens, mas a idade exata do adulto não era objeto de registro. O problema é complicado pelo costume de

designar uma idade descritiva em vez de numérica. É freqüente o uso de diminutivos para descrever crianças ou adolescentes (mulatinho, crioulinha) e também termos como rapaz (homem jovem), moça (menina) e moleque. Muitos destes termos não oferecem precisão e apresentam grande dificuldade para a criação de faixas etárias exatas (2001: 189).

No entanto, as poucas informações que continham nas cartas de alforria referentes às idades dos libertos, podem mostrar alguns dados interessantes, como pode ser observado na seguinte tabela:

TABELA II – Idade dos escravos alforriados na cidade de Alegrete (1832-1886)

Idade	Masculino	Frequência	Feminino	Frequência	Total
0 a 1	01	0,14%	01	0,14%	2 (0,28%)
1 a 11	15	2,13%	17	2,41%	32 (4,54%)
12 a 35	58	8,23%	60	8,52%	118 (16,75%)
36 a 50	34	4,82%	46	6,53%	80 (11,35%)
51 a 60	11	1,56%	11	1,56%	22 (3,12%)
Mais de 60	03	0,42%	01	0,14%	4 (0,56%)
Indeterminado	11	1,56%	7	0,99%	18 (2,55%)
Não consta	173	24,57%	255	36,22%	428 (60,79%)
Total	306	43,46%	398	56,53%	704 (100%)

FONTE: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Alegrete: 1832-1886.

A tabela da composição etária dos escravos alforriados mostra que das 704 cartas de alforria, 60,79% não apresentavam as idades dos libertos. Mas das poucas que tiveram suas idades definidas, 16,75% foram na idade produtiva, entre 12 e 35 anos, sendo 8,25% para mulheres e 8,23% para homens e 11,35% dos escravos foram alforriados na idade entre 36 a 50 anos. Outro dado interessante é que 3,12% das alforrias foram concedidas para escravos entre 51 e 60 anos e 0,56 % para cativos com mais de 60 anos. Até onde nos permite ver a documentação, no período estudado, a maioria dos escravos alforriados estava no auge na idade produtiva. O estudo de Gattiboni (1990) sobre as cartas de alforria em Rio Grande, no período de 1874-1879/1884-1885, mostra também que a maioria dos escravos foi alforriada na idade produtiva, sendo 45,3% para mulheres e 39,7% para homens.

Assim, como explicar essa provável supremacia de escravos em fase produtiva emancipados em Alegrete? E a pouca concessão de alforria a escravos idosos? Essa distribuição por faixa etária aparente encontrada entre os alforriados em Alegrete vem fortalecer a desmistificação de que as economias escravistas se desfaziam de seus velhos e inválidos. Segundo Kátia Mattoso:

Estudos sérios comprovam, no entanto, que o percentual de alforriados idosos em parte alguma ultrapassa 10% do total. A maioria dos senhores não jogam na rua seus escravos inúteis e, por outro lado, morre-se jovem no Brasil, e ainda mais jovem quem é trabalhador escravo. (1990: 186).

A incidência de escravos libertados na fase mais produtiva de suas vidas sugere que a manumissão constituía uma prática social mais complexa do que se pensou até o momento. Assim, a lógica que perpassa a prática da manumissão não se limitaria a um simples ganhar ou perder capital. Essa prática social estaria inserida numa rede de relações patriarcais e horizontais, que envolviam senhores e escravos. Para os autores Libby e Paiva:

Não se pode negar que a maior vítima da escravidão foi o próprio escravo, mas é inaceitável que ele continue sendo visto apenas como vítima, insistindo em negar-lhe um papel ativo na construção de sua própria história. Os escravos, os senhores brancos, os alforriados e demais homens livres construíram uma sociedade escravista, com toda a sua complexidade. Houve muitos conflitos e também acordos entre eles (2000:06).

Essa prática social representa o episódio final construído pela negociação cotidiana de escravos e senhores, de onde esses dois grupos saem, cada um a sua maneira, com seus objetivos alcançados.

A PROFISSÃO DOS ESCRAVOS

Os escravos exerciam as mais diferentes tarefas no Brasil escravista. Nas cidades, eram carregadores, açougueiros, caixeiros, batedores de tipografia, padeiros, barbeiros, ourives, douradores, sapateiros, alfaiates. Os homens também estavam presentes em serviços domésticos. Quanto às mulheres, as escravas estavam nas ruas, como quitandeiras. Na casa senhorial, em todos os serviços. No dia a dia, as escravas eram as responsáveis pelo bom

funcionamento da casa. Preparavam a comida, amamentavam e cuidavam das crianças brancas. Eram costureiras, lavadeiras, doceiras, cozinheiras. Eram penteadeiras, mucamas e amas-de-leite. No campo, os escravos cuidavam das hortas, plantações, eram campeiros, peões, domadores, tropeiros, trabalhavam nas charqueadas e também foram soldados. Sob diferentes condições de vida, os escravos desempenharam variadas ocupações, tanto nas cidades como no campo.

Referentes às profissões dos escravos libertos em Alegrete, raramente apareceram nas cartas, conforme mostra a tabela:

TABELA III – Profissão dos escravos alforriados em Alegrete (1832-1886)

Profissão	Masculino	Frequência	Feminino	Frequência	Total
Alfaiate	01	0,14%	-	-	01 (0,14%)
Campeiro	05	0,71%	-	-	05 (0,71%)
Carpinteiro	01	0,14%	-	-	01 (0,14%)
Costureira	-	-	03	0,42%	03 (0,42%)
Costureira/ engomadeira	-	-	01	0,14%	01 (0,14%)
Cozinheira	-	-	06	0,85%	06 (0,85%)
Cria de casa	-	-	02	0,28%	02 (0,28%)
Lavadeira	-	-	01	0,14%	01 (0,14%)
Oficial de pedreiro	03	0,42%	-	-	03 (0,42%)
Pedreiro	01	0,14%	-	-	01 (0,14%)
Roceiro	01	0,14%	-	-	01 (0,14%)
Servente	01	0,14%	-	-	01 (0,14%)
Serviço	-	-	02	0,28%	02 (0,28%)
Não consta	293	41,61%	383	54,40%	676 (96,01%)
Total	306	43,46%	398	56,53%	704 (100%)

FONTES: Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Alegrete: 1832-1886.

Conforme mostra a tabela, das 704 cartas, apenas 28 profissões foram indicadas. Os homens aparecem com as ocupações de alfaiate (01), campeiro (05), carpinteiro (01), oficial de pedreiro (03), pedreiro (01), roceiro (01) e servente (01). As

mulheres com as designações de costureira (03), costureira/engomadeira (01), cozinheira (06), cria de casa (02), lavadeira (01) e serviço doméstico (02). O reduzido número de profissões citadas para os alforriados permite poucas conclusões satisfatórias. Entretanto, é interessante observar que todas as ocupações das mulheres eram serviços ligados a lides domésticas da casa. A tudo isso, pode se acrescentar ainda o relato do Cônego João Pedro Gay (1985, p.90), em 1849, sobre os escravos em Alegrete, no qual afirmava que “quase todos nos serviços interno das casas, exceto muito poucas quitandeiras, que andam vendendo frutas, doces e pão”. Quanto aos homens, a maior presença é de escravos campeiros.

O quadro que segue procura apenas indicar o tipo de atividade econômica preponderante encontrada nas cartas de alforria para cada liberto, que indicava provavelmente seus status ocupacional perante a sociedade e constituía-se em seu principal meio de sobrevivência. Além da ocupação indicada, certamente o liberto realizava outros tipos de atividade com o fim de auferir mais renda. Em uma sociedade como Alegrete, os libertos dificilmente trabalhariam em apenas um tipo de atividade. Mesmo aqueles que tinham ocupações especializadas deveriam realizar diversos serviços.

Durante o século XIX, a cidade de Alegrete tinha a economia baseada no meio rural, a maioria da população se encontrava na campanha. Em 1849, o Cônego João Pedro Gay, fazia a seguinte consideração:

A povoação atual da Vila de Alegrete podia avaliar em 1.500 habitantes, a da campanha que lhe pertence é superior e excede talvez a 4.000 habitantes. Na Vila a maior parte dos moradores emprega-se no comércio, que é muito considerável (1985, p.90).

Podemos constatar que a cidade, na primeira metade do século XIX, estava concentrada na zona rural. Entretanto, conforme o relato, o comércio era significativo, não sendo assim possível separar estritamente o universo rural do urbano. O autor Luiz Araújo Filho (1908), ao escrever sobre o recenseamento do município de Alegrete em 1890, dois anos após a abolição da escravatura, indica alguns dados que possibilitam refletir e concluir a predominância da população no meio rural. Segundo o autor, a população era de 16.337 habitantes, sendo 4.526 na cidade e 11.811 na campanha.

Porém, não parece ser possível separar estritamente o universo rural do urbano, durante o século XIX, na região de Alegrete. A cidade e o meio rural estavam imbricados. Provavelmente, muitos escravos poderiam ter ocupações urbanas e residir em estâncias, chácaras e sítios. E mesmo aqueles definidos como serviços rurais, deveriam realizar diversas ocupações na cidade, quando surgissem as oportunidades. Nas Posturas Municipais de Alegrete do ano de 1850, percebe-se que havia essa circulação e mobilidade de escravos¹. Enfim, apesar das dificuldades, muitos escravos conquistaram o direito de “ir e vir”, “viver sobre si”, alargando suas margens de autonomia na sociedade escravista de Alegrete, conquistando a sonhada liberdade.

Dessa forma, com a maior parte dos moradores concentrados nas áreas rurais da cidade, podemos sugerir que a maioria dos escravos alforriados se encontrava também na campanha, pois era onde estava o centro da economia e os grandes proprietários com condições de adquirir escravos.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao professor Dr. Luiz Henrique Torres pela contribuição, incentivo e interesse nas minhas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

Cartas de Alforria, Livro Notariais de Transmissões e Notas e de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Alegrete: 1832-1886.

Posturas da Câmara Municipal de Alegrete, com data de 09 de junho de 1848, aprovada pela Assembleia na Lei 192 de 22 de novembro de 1850.

LIVROS E ARTIGOS

ALADRÉN, Gabriel. *Crioulos e Africanos Libertos em Porto Alegre: Padrões de Alforria e Atividades Econômicas (1800-1835)*. Florianópolis, 2007.

¹ Art. 133. “É também proibido na taverna ou casa de negócios fixo ou ambulante, comprar a escravo, carne, cera, graxa, toucinho, couro, crina e todo e qualquer produto de estância, ou de lavoura sem que o escravo traga a autorização do senhor ou da pessoa de cujo poder estiver, para vender. O contraventor além de ser obrigado de restituir ao senhor ou pessoa de cujo poder estiver, o que houver comprado, será multado em 30\$ réis, e sofrerá oito dias de prisão, que na reincidência será elevada a trinta”.

- BERTIN, Enidelce apud MELO, André Chaves de. *Cartas de Alforria*: Instrumento de Dominação e Liberdade. São Paulo, 2001. Disponível em: www.usp.br/agen/rede777.htm; Acesso em: 03 de janeiro de 2007.
- EISENBERG, Peter. *Ficando livre*: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 1987.
- FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As Pretas Minas nas Cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850)*. Niterói: UFF, 2004.
- FILHO, Luiz Araújo. *O Município de Alegrete*. Alegrete: Gráfica Coqueiro, 1908.
- GATTIBONI, Rita. *Cartas de Alforria em Rio Grande (1874-9/1884-5)*. *Estudos Ibero-Americanos*, Volume XVI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- GOLDSCHMIDT, Eliana. Alforrias e propriedade familiar em São Paulo colonial. *Anais da VIII Reunião da SBPH*. São Paulo, 1989.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil*: relações sociais, acordos e conflitos. São Paulo: Editora Moderna, 2000.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. A propósito das cartas de alforria - Bahia, 1779-1850. *Anais de História*. Assis, IV, 1972.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3º edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- TRINDADE, Miguel Jacques. *Alegrete do Século XVII ao Século XX*. Volume I. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.
- VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

